

Representações: a Polícia Militar feminina no Paraná (1979-1984)

Andréa Mazurok Schactae*

Não há direito que não se escreva sobre corpos. Ele domina o corpo. A própria idéia de um indivíduo isolável do grupo se instaurou com a necessidade, sentida pela justiça penal, de corpos que devem ser marcados por um castigo e, pelo direito matrimonial de corpos que se devem marcar com um preço nas transações entre coletividades. Do nascimento ao luto, o direito se 'apodera' dos corpos para fazê-los seu texto. Mediante toda sorte de iniciações (ritual, escolar, etc.), ele os transforma em tábuas da lei, em quadros vivos das regras e dos costumes, em atores de teatro organizado por uma ordem social.¹

1. Introdução

As palavras de M. Certeau referem-se às regras e aos costumes, os quais são inscritos nos corpos, sendo naturalizados pela sociedade. Não são percebidos como construções sociais, discursos inscritos em corpos, mas estão ali como se sempre existissem. Sendo assim para ser reconhecido dentro do grupo é preciso incorporar o seu discurso. "O sofrimento de ser escrito pela lei do grupo vem estranhamente acompanhado por um prazer, o de ser reconhecido (...)".² O ser policial masculino e o ser policial feminino são discursos inscritos em corpos, cujo sentido pertence ao contexto social em que foram praticados, no caso deste artigo a Polícia Militar do Paraná, no Brasil do final dos

* Mestre em História pela UFPR e soldado da Polícia Militar do Estado do Paraná.

¹ CERTEAU, Michel de. A economia escriturística. In: _____. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 221-246, p. 231.

² Ibid, p. 232.

anos de 1970 e início dos anos 80. O reconhecimento dentro da corporação policial ocorre pela aceitação e apropriação das leis, normas e regras que davam identidade e reconhecimento ao ser policial.

Como a sociedade é constituída de diferentes realidades e sendo a realidade uma forma de dar sentido, existem múltiplos sentidos e diferentes leituras dessas realidades que formam a sociedade. Isso possibilita a contradição, o confronto, entre diferentes leituras realizadas pelos sujeitos que são construídos e construtores dos discursos que emanam das realidades. Discursos que são inscritos nos corpos. Desta forma, a policial feminina, naquele momento, era uma realidade dentro da corporação e da sociedade.

Esta pequena introdução se refere a um processo complexo que são as relações que ocorrem entre pessoas que vivem em diferentes realidades sociais. Realidades formadas por normas, regras, costumes, sentimentos, que são construídas por pessoas, assim como são construtoras daquelas que as constroem. Porém, é um elemento necessário para identificar o discurso a partir do qual foi construída uma representação que passa a dar sentido ao ser policial feminino. Todavia, o discurso só existiu e foi aceito porque havia práticas que deram a ele reconhecimento.

Entendendo representações sociais como determinadas pelo grupo que as forjam, elas são percepções do social, discursos que produzem práticas e buscam legitimar ou justificar, para os próprios indivíduos as suas escolhas e condutas. Elas só têm sentido se comandarem práticas que resultam na construção de um mundo social e uma identidade.³ Desta forma, a policial feminina é uma representação social que surge a partir de documentos que criaram e regulamentaram essa profissão e resulta em práticas que são reconhecidas pelos homens da corporação,

³CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Portugal: DIFEL, 1990, p. 17-18. Ver também: CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*, 11(5), 1991.

pela sociedade e pelas mulheres policiais, como identificadoras daquelas que as realizam. Esse discurso foi expresso pelos oficiais da Polícia Militar do Paraná (PMPR), no documento que regulamenta a “Finalidade e o emprego da organização de polícia feminina”, ao final do ano de 1979. Nesse documento foram descritos como deveria ser a policial, como ela deveria se portar, quais as funções que deveria exercer, como deveria sentar-se etc. No entanto, os jornais de Ponta Grossa realizaram uma leitura da Policial Militar a partir do olhar dos jornalistas da cidade, a qual foi expressa em textos dos jornais Diários dos Campos e Jornal da Manhã. Olhar este que ganha sentido dentro de um contexto formado pela legislação vigente dentro da corporação: os papéis da mulher na sociedade brasileira daquele momento (mãe, esposa etc.) e o olhar dos jornalistas (homens) sobre a mulher policial.⁴

Uma instituição com mais de um século de existência⁵, que tradicionalmente foi um espaço de homens, ao final do século XX, permitiu o ingresso de mulheres, através do Decreto Estadual nº 3.238, de 19 de abril de 1977. O Paraná, passa a ser o segundo Estado do país a permitir o ingresso de mulheres na Polícia Militar.

Em 1983, os jornais de Ponta Grossa anunciaram a

⁴ Com relação à mulher e ao casamento na sociedade brasileira do final do século XX, ver: JENI, Vaitsman. Gênero, identidade, casamento e família na sociedade contemporânea. In: MURARO, Rose M., PUPPIN, Andréa B. (org.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001, p. 13-20.

⁵ A instituição Polícia Militar do Paraná, surge em 10 de agosto de 1854, com a criação da Companhia de Força Policial, “(...) com um comandante, dois oficiais, 12 inferiores e 52 praças (...)”. Em 1865, iniciou-se a Guerra contra o Paraguai, em um primeiro momento participam da guerra 69 homens da polícia. Após a Proclamação da República, em 1889, foi elevado o número de praças do corpo de polícia da província do Paraná, passando a ser denominado, em 1892, de Regimento de Segurança, o qual participou da Revolução Federalista, de novembro de 1893 até fevereiro de 1894. DAVID, Carneiro. *O Paraná na História Militar do Brasil*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995, p. 253. DAVID, Carneiro. *Paraná e a Revolução Federalista*. 2 ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte; Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.

abertura do concurso público para Policial Militar Feminina. Até, então, a Polícia Militar do Paraná contava com um efetivo de 145 mulheres, estando 109 em Curitiba e 36 em Londrina. Em Maringá, assim como em Ponta Grossa, estavam sendo implantados cursos de formação, de soldados mulheres. Durante o processo de formação as jovens deveriam assumir o discurso escrito para elas, a fim de serem aceitas e reconhecidas como membros da instituição.

Selecionadas as candidatas, no dia 29 de novembro desse ano, ocorreu, no salão nobre da Prefeitura Municipal, a aula inaugural do curso de formação do 1º. Pelotão de Polícia Militar Feminino de Ponta Grossa. A palestrante foi a então Secretária Municipal de Educação e Cultura, Francisca Isabel de Oliveira Maluf, que falou sobre a importância da mulher para a sociedade e que aquele seria o 1º. Pelotão de outros que viriam a seguir.⁶ Porém, este pelotão marca a história de Ponta Grossa, até o final do século XX, como o único formado pelo 1º. Batalhão de Polícia Militar.

No dia 08 de junho de 1984, no pátio do Quartel da Polícia Militar, na Ronda, realizou-se a formatura. Na presença de autoridades locais, civis e militares, de amigos e parentes das policiais, assim como da imprensa local, as policiais fizeram o juramento e desfilaram em continência à Bandeira Nacional.⁷ Essas 48 mulheres de Ponta Grossa eram parte de um grupo de 225 mulheres policiais militares do Estado do Paraná, pertencentes a uma instituição com mais de 11. 300 homens policiais.⁸

A abertura das inscrições, para a seleção das candidatas, a formatura e algumas atuações das policiais na segurança pública foram fatos comentados nos jornais

⁶ JORNAL DA MANHÃ. Francisca Maluf inalgurou curso da PM feminina, ontem. *Jornal da Manhã*, Ponta Grossa, 30 de novembro de 1983.

⁷ JORNAL DA MANHÃ. PM formou ontem suas policiais femininas. *Jornal da Manhã*, Ponta Grossa, 09 de junho de 1984. DIÁRIO DOS CAMPOS. Policiais femininas tiveram formatura. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 09 de junho de 1984.

⁸ POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARANA. Boletim Geral n.4, 05 de jan. 84. Curitiba, Pr.

locais. Acontecimentos que são parte da história de Ponta Grossa e da Polícia Militar do Paraná, descritos a partir de olhares da imprensa.

No entanto, este acontecimento está relacionado com um contexto social nacional e para entendermos o documento que era responsável pela construção da policial militar do Paraná é preciso apontar alguns dados da História do país. O Brasil de 1979 era um país em processo de transição política, que teve seu fim em 1985. Contudo, a transição não é apenas política, mas também cultural. O ser mulher e o ser homem também estavam passando por transformações. Diversos segmentos da sociedade passaram a lutar pelo que acreditam serem seus direitos. Ocorreram inúmeras greves no país, a maior delas a do ABC Paulista. Todavia todas foram reprimidas pelo governo, através da polícia, instituição encarregada de manter a ordem, reprimindo os grupos ou sujeitos que buscavam rompê-la. Porém, grupos da sociedade, exigindo a redemocratização, não deixaram de existir, mesmo sendo reprimidos.

No bojo destes movimentos, estava o movimento das mulheres trabalhadoras e os grupos feministas, os quais surgem em 1975, assim como os Centros de Mulheres. Grupos que analisavam as condições da mulher na sociedade, a opressão, a violência e a discriminação contra a mulher. As mulheres passaram cada vez mais a participar das questões políticas, econômicas e sociais, para além do espaço privado.

2. Documento, discurso, representação...

Nesse contexto de transformações no país, em que as mulheres foram às ruas reivindicar seus direitos, participar da luta pela redemocratização do país, foi permitida a participação da mulher na PMPR. Um espaço que era exclusivamente de homens e cujas normas foram escritas por eles e para eles.

O texto da lei n. 076/79 é, em alguns pontos, contraditório, o que possibilita identificar a dificuldade que os redatores tiveram para escrever uma diretriz, que seria

inscrita nos corpos das policiais femininas. Uma profissão masculina estava incorporando mulheres e os seus membros precisavam definir qual seria o papel desse elemento novo e, ao mesmo tempo, manter-se como instituição masculina. Diz o texto:

todas as informações colhidas evidenciam que o sexo feminino está se constituindo em um recurso efetivo na atividade policial, especialmente no atendimento de determinados campos de atividades em que a atuação do sexo masculino tem revelado dificuldades, quer pela sua natureza, quer pela complexidade da missão.⁹

O sexo feminino se fazia necessário ao espaço masculino em determinados campos. Não era para as mulheres atuarem em todas as atividades policiais, pois deveriam ser um “recurso” para realização da atividade policial. A seguir, o texto deixa claro em que atividades deveria ser empregada à polícia feminina: “Sua finalidade básica é orientar, proteger e informar a população especialmente o menor, a mulher e o ancião na situação de abandono”¹⁰. A referência a menores, mulheres e anciãos demonstra a que parcela da população se destinava a atuação da policial feminina. Ao que parece, as policiais deveriam atuar como assistentes sociais. Isto é tão claro, que foi preciso negar, na parte seguinte do texto, dizendo: “(...) não é um grupo fardado de assistentes sociais, embora faça uso destes instrumentos em benefício das atividades policiais.”¹¹

A representação do que deveria ser uma policial feminina, está relacionado à representação de mulher na sociedade. Cabia a polícia feminina proteger e cuidar dos velhos e crianças.

O texto também se refere ao movimento feminista, negando ser a polícia feminina um movimento feminista. Reconhecendo, disse o texto, “(...) uma ambição latente da

⁹CURITIBA. Finalidade e emprego da organização de polícia feminina. *Diretriz no. 076/79*, PMPR, Curitiba, Pr, 27 de novembro de 1979, fl., 2.

¹⁰CURITIBA. Finalidade e emprego..., fl., 03.

¹¹CURITIBA. Finalidade e emprego..., fl., 04.

mulher, particularmente no campo social, de concorrer em igualdade de condições em benefício da paz e da ordem pública.”¹² A frase “particularmente no campo social” demonstra o receio dos homens com a igualdade no âmbito privado, no qual os homens perderiam seu status de superioridade, assim como corriam o risco de perder no âmbito social. Apesar de o texto referir-se à exigência dos “mesmos padrões de desempenho profissional atribuído ao policial-militar do sexo masculino”¹³, pois as polícias poderiam ser empregadas em várias ações, como policiamento ostensivo a pé, policiamento ostensivo motorizado, policiamento ostensivo de posto (terminais de transporte rodoviário e ferroviário, posto de saúde, COPOM - Central de Operações da Polícia Militar -, exposições e feiras, aeroportos, estágios de futebol etc.)¹⁴, não lhes eram dadas as mesmas condições de trabalho, pois as mulheres não poderiam portar arma ostensivamente¹⁵.

O texto possibilita realizar uma leitura de uma representação da policial feminina, a partir do olhar dos oficiais que o construíram. Policiais masculinos construídos e construtores da instituição policial, cujos símbolos são identificadores da masculinidade. O uso da arma ostensivamente pelas mulheres, indica uma necessidade de proteger um símbolo da masculinidade e reafirmar as representações do feminino e do masculino existentes. Os homens foram construídos para usar armas, ir para guerra e as mulheres responsáveis pelos filhos e pelos velhos. Mas, também, era uma forma de proteger as mulheres da violência, pois as representações sociais, construídas e construtoras do masculino e do feminino identificam as mulheres como naturalmente frágeis¹⁶.

Também é preciso considerar que, para ingressar na

¹²CURITIBA. Finalidade e emprego..., fl., 04.

¹³CURITIBA. Finalidade e emprego..., fl., 04.

¹⁴CURITIBA. Finalidade e emprego..., fl., 04-07.

¹⁵CURITIBA. Finalidade e emprego..., fl., 03, diz: “componentes não portam ostensivamente armas.”

¹⁶ Ver BOUDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

polícia feminina naquele momento (1979-1984), as mulheres não poderiam ser “*desquitadas* ou *divorciadas*, *viúvas* e *amasiadas*” [no documento as três palavras estão grifadas], deveriam ser solteiras¹⁷. Não poderiam “manter relacionamentos íntimos não recomendáveis ou socialmente reprováveis com superiores, pares ou subordinados”¹⁸; além do mais, somente poderiam “contrair matrimônio após um período de 02 (dois) anos, contados da data de inclusão na Corporação.”¹⁹ O que revela um controle sobre a vida sexual das mulheres por parte da corporação, mantendo o domínio sobre seus corpos.

Esses trechos do texto que deveria ser inscrito nos corpos das policiais femininas podem ser identificados como indícios de elementos construídos e construtores das representações sociais do masculino e do feminino, dentro e fora da instituição policial. As representações do feminino e o masculino na PMPR são reconhecidos e aceitos pela sociedade, e inscritos em corpos de homens e mulheres.

A turma de Ponta Grossa foi formada dentro dos moldes descritos na legislação em vigor. Para coordenar o curso, vieram duas polícias de Curitiba. No dia 18 de outubro de 1983, chegaram à cidade a tenente Miriam Biancolini e a sargento Vilma Baradel, que pertenciam ao Pelotão de Polícia Militar Feminina da Capital do Estado do Paraná e foram designadas pelo Comando Geral da PM para essa tarefa.²⁰

3. A Policial na imprensa de Ponta Grossa e o olhar de Vieira Filho

Mesmo antes da formatura as policiais passaram a atuar no policiamento ostensivo, em Ponta Grossa. A presença deste grupo de mulheres vestidas com uma farda, que até então era uso exclusivo de homens, chamou a

¹⁷ CURITIBA. Finalidade e emprego..., fl., 08.

¹⁸ CURITIBA. Finalidade e emprego..., fl., 09.

¹⁹ CURITIBA. Finalidade e emprego..., fl., 11.

²⁰ JORNAL DA MANHÃ. Policiais femininas vieram coordenar curso de formação. *Jornal da Manhã*, Ponta Grossa, 19 de outubro de 1983.

atenção da população. Entre os olhares que foram lançados sobre essas policiais, estava o de Guaracy Paraná Vieira ou Vieira Filho²¹ como ele assinava em sua coluna intitulada “Perfis da Cidade”, escrita no *Jornal Diário dos Campos*.

Várias crônicas de Vieira Filho foram publicadas no jornal, dentre três elas fazem referências à mulher policial princesina. Entre outubro de 1983 e maio de 1984, o *Diário dos Campos* as publicou e nelas é possível identificar como o autor viu a mulher policial. Todavia, ao escrever sobre as policiais, ele expressa a sua leitura de uma representação social.

Na primeira crônica, em “Perfis da Cidade”, sobre as mulheres na Polícia Militar de Ponta Grossa, o autor se refere à preparação das mulheres para realização do concurso, assim como faz referências ao espaço que as mulheres vinham conquistando no mercado de trabalho.

A mulher princesina prepara-se para ingressar na Polícia Militar do Estado, integrando a corporação que aos poucos vai aumentando o contingente.

(...).

Aos poucos, a mulher vai ocupando espaços que até então,

²¹ Guaracy Paraná Vieira nasceu em 04 de agosto de 1918, faleceu em 18 de junho de 1991. Veio à Ponta Grossa para trabalhar na Prefeitura, onde desempenhou várias funções, entre as quais Chefe da Seção Mecanizada, Diretor do Gabinete, da Biblioteca Pública e do Departamento de Educação e Cultura. Em 1949, começou a trabalhar na Radio Clube Pontagrossense, tarefa que passou a conciliar com seu trabalho na Prefeitura. Em 1952, foi ao ar os *Perfis da Cidade*. Todos os dias, por volta das 12 horas, Barros Junior lia uma crônica de Vieira Filho. Ainda nos primeiros anos da década de 50 as crônicas transmitidas pela emissora passaram a ser publicadas no *Jornal Diário dos Campos*, e só deixaram de ser publicados na década de 80. Nos anos de 1958 e 1959, trabalhou como redator deste jornal. Em 1963 e 1964, foi secretário de redação, assim como manteve a coluna “Um homem dentro da vida” e “O assunto é Diário”. “(...) Por mais de trinta anos consecutivos, os *Perfis da Cidade*, de Vieira Filho, iluminaram os mais diversos aspectos da vida pontagrossense.(...)” [negrito do autor]. ZAN, Sérgio Monteiro. Introdução. In: Vieira, Márcia Zan (seleção, organização e revisão). *Perfis da cidade: crônicas de Vieira Filho*. Ponta Grossa, Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1993, p. 05-06.

pelo nosso arquimilenar machismo, era privilégio do chamado sexo forte, impedindo a participação feminina, como se realmente elas fossem incapazes de realizar tarefas que, segundo nossa opinião, existem apenas para a os homens.²²

Vieira Filho se refere ao machismo e ao ingresso da mulher em uma instituição secular, na qual tradicionalmente havia apenas homens. Ao que parece, o jornalista reconhece que as mulheres podem realizar atividades tidas como masculinas. Identifica que a dita incapacidade das mulheres no exercício de algumas tarefas é uma construção masculina. No decorrer do mesmo texto, ele se refere a elementos identificadores das representações do feminino e do masculino. Escreveu ele: “muito em breve estaremos sendo policiados por simpáticas jovens e muito valentão poderá passar o vexame de ir em ‘cana’ pelas mãos de uma policial, e que aliás deve ser mais agradável do que ser preso por um policial mal encarado e durão. (...)”²³

Para Vieira Filho, as policiais femininas eram simpáticas, já os masculinos eram olhados como mal encarados e durões. Em uma sociedade masculina onde ser policial é sinônimo de masculinidade, ser preso por uma mulher é constrangedor, mas agradável, pois o poder de polícia não pertence a elas, mas aos homens, e além do mais as mulheres são “naturalmente” simpáticas e frágeis.

No ano seguinte, ele escreveu uma crônica sobre um panfleto que a Polícia Militar estava distribuindo em Ponta Grossa, na qual se referiu ao trabalho das alunas policiais.

A Polícia Feminina andou distribuindo um folheto ilustrativo, editado pelo 1º. Batalhão Policial Militar, alertando a população sobre métodos preventivos capazes de auxiliar cada um particularmente e a coletividade contra ação dos

²² VIEIRA, Filho. Perfis da Cidade. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 19 de outubro, 1983.

²³ VIEIRA, Filho. Perfis da Cidade. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 19 de outubro, 1983.

²⁴ VIEIRA, Filho. Perfis da Cidade. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 19 de janeiro de 1984.

marginais que fizeram do roubo, do furto e de tantos outros golpes de malandragem o seu meio de vida.²⁴

Em uma edição anterior a essa crônica foi publicado um artigo sobre a distribuição do panfleto, no qual foi elogiada a atuação das policiais. Junto ao texto, via-se uma foto de uma policial entregando o panfleto a um cidadão.

A imagem que o jornal apresenta da polícia feminina está relacionada com uma representação do feminino na sociedade. Elas são simpáticas, agem como mães preocupadas em e orientar seus filhos contra os perigos da cidade, ao orientarem os cidadãos sobre como se proteger das violências que existem na cidade.

Em maio, elas foram para ruas atuar como policiais de trânsito. Observadas por olhares curiosos, elas andavam pelo centro da cidade. Este acontecimento inspirou Altair Bail, outro colunista do *Diário dos Campos*, que escreveu uma nota no jornal do dia 9, na qual disse o seguinte:

Nas ruas centrais da cidade, a partir desta semana, um panorama diferente para os pontagrossenses: a presença da polícia feminina. Sob olhares curiosos dos pedestres, as policiais iniciaram o estágio de rua, percorrendo a área central, sempre acompanhadas de um policial masculino. Essa presença faz parte do trabalho que as 48 policiais estão realizando no 1º. BPM antes de saírem às ruas de maneira definitiva. Internamente elas continuam as suas atividades, fazendo puxados exercícios na preparação para a fiscalização do tráfego e policiamento das ruas. Aqueles que viram os treinamentos no Quartel garantem que a nossa polícia feminina está muito bem preparada, em condições de enfrentar qualquer situação. Por enquanto é uma novidade, mas logo a Polícia Feminina entrará para o contexto diário, constituindo-se num importante apoio à segurança da cidade.²⁵

Ao que parece, a presença de mulheres fardadas nas ruas chamava a atenção. Todavia, um elemento que precisa ser destacado no texto é que ele identifica o poder de polícia estar relacionado ao sexo, pois ele nomeia a polícia como

²⁵ BAIL, Altair. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 09 de maio de 1984.

feminina e masculina. Elemento que não aparece nos documentos da Polícia Militar; nesses a palavra policial está relacionada naturalmente ao masculino. Somente quando se referem às policiais que é acrescentado o termo feminino após a palavra policial e polícia.

Em maio de 1984, Vieira Filho publicou uma crônica na qual descreveu suas impressões, sobre a presença das policiais nas ruas da cidade.

Venho vindo pela Avenida Bonifácio Villela e cruzo com duas jovens componentes do contingente de Polícia Feminina, que está sendo preparado em nossa cidade para apoiar o serviço de segurança pública.

Eu, como os demais transeuntes fomos tomados de surpresa pelo perfil diferente, com o visual mais destacado porque na esquina próxima um guarda de trânsito, com uniforme semelhante, sublinhava o contraste do visual. Evidentemente prejudicando o policial masculino, ainda mais porque ele é uma presença já incorporada há muito tempo na paisagem humana da cidade ao passo que suas colegas femininas estavam ingressando no contexto do panorama da cidade.²⁶

No parágrafo seguinte, o autor identifica a cena descrita como mais uma barreira vencida pelas mulheres na busca de igualdade de direitos. Também lembra que a “dita rainha do lar” é “muito mais escrava que rainha”, e segue escrevendo:

(...), a mulher mesmo sem vocação para o casamento e as responsabilidades maternas, vem sendo impedida de realizar tarefas ou desempenhar determinadas funções, sob as alegações mais absurdas, entre elas a falsa classificação de “sexo frágil”, que o tempo e os fatos vem demonstrando não ser real, por vários motivos, inclusive, muita vez até na confrontação da força física.²⁷

Nesta parte, o autor, mesmo demonstrando simpatia à luta das mulheres pela igualdade de direitos, deixou

²⁶ VIEIRA, Filho. Perfis da Cidade. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 10 de maio de 1984.

²⁷ VIEIRA, Filho. Perfis da Cidade. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 10 de maio de 1984.

transparecer a representação social da mulher relacionada ao lar e ao casamento. Assim, as mulheres que não tinham “vocação” para o casamento deveriam ser aceitas no mercado de trabalho. Além do mais, algumas profissões, segundo ele, diminuem a feminilidade das mulheres, e assim prosseguiu:

Tal a impressão que tive ao ver aquelas duas jovens e simpáticas representantes da Polícia Feminina, que embora revestidas pela austeridade do uniforme não perderam a sua feminilidade, o porte gracioso e a atitude delicada, embora preparadas para ações de força física se necessário for, pois para isso estão preparadas.

Dentro em breve a presença permanente da Polícia Feminina será um fato comum, seu perfil estará integrado ao cotidiano da vida urbana, porém isso não diminuirá o valor extraordinário da sua contribuição à segurança pública nos setores em que for escalada para agir.²⁸

O autor descreveu seu olhar sobre a atuação da mulher não só na polícia como em outras profissões até então restritas aos homens. Porém, deixa transparecer que tem um certo receio, isto é, que ao buscar ser igual aos homens a mulher deixe de ser feminina. Todavia, finaliza a crônica com a seguinte fala do seu “alter ego Ataliba”: “Vieira, se algum dia eu tiver que ser preso nesta altiva Princesa dos Campos prefiro ser levado por uma policial feminina, pois assim a perda da minha liberdade me deixará com uma lembrança mais suave, amenizando as agruras do cárcere.”²⁹

O olhar de Vieira Filho observou que, mesmo usando elementos simbólicos identificadores da masculinidade como a farda, as mulheres não perderam suas características femininas, como a simpatia, a graciosidade, a delicadeza, são apontados pelo jornalista. A situação de desejar ser preso por uma policial feminina deixaria lembranças mais suaves, pois as mulheres são delicadas e simpáticas, enquanto os homens são carrancudos e indelicados. Ele vê a violência com uma característica do universo masculino.

Para M. Rago, “(...) é importante que possamos perceber

²⁸ VIEIRA, Diário..., 10 de maio de 1984.

²⁹ VIEIRA, Diário..., 10 de maio de 1984.

a construção das diferenças sexuais históricas e culturalmente determinadas, desnaturalizando portando as representações cristalizadas no imaginário social.”³⁰ Desta forma, o olhar de Paraná Viera Filho está relacionado com a representação do que é ser mulher para ele, e, de certa forma, para outros olhares da sociedade da qual ele fazia parte, bem como o texto que normatizou as atividades das mulheres na PMPR representa parte do pensavam e sentiam aqueles que o redigiram.

4. Considerações Finais:

O texto apresenta olhares sobre a polícia militar feminina no Paraná: um é o discurso da legislação que deveria ser inscrita nos corpos das mulheres a fim de torná-las policiais militares; o outro, dos jornais locais, destacando o olhar de um cronista que observou a presença da polícia feminina nas ruas da cidade. Olhares masculinos sobre a presença da mulher em um espaço de domínio masculino.

O texto redigido por homens policiais que definiu como deveria e onde deveria atuar a polícia feminina, apresenta indícios de uma dificuldade de pensar a presença da mulher em um espaço masculino. O discurso da instituição forjou uma representação da policial feminina que está relacionada à maternidade. A função das policiais deveria ser a proteção de crianças e velhos.

No discurso de Vieira Filho, a representação da mulher policial está relacionada à delicadeza, à gentileza, e à simpatia feminina. A violência e a expressão carrancuda pertencem aos policiais masculinos.

Os dois discursos: o jornalístico e o institucional, apresentam elementos comuns quanto à representação do feminino. A violência e a arma de fogo não pertencem ao feminino, pois são características masculinas. Todavia as características identificadoras das representações sociais do masculino e do feminino são construções sociais, que são naturalizadas nas relações sociais e nos discursos das normas e das leis.

³⁰ RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. In: *Cadernos Pagu*: Trajetórias do gênero, masculinidades ... Campinas, SP - UNICAMP, (11) 1998, p.98.

Referências

- BARBOSA, Maria J. Somalarte. Chorar, verbo intransitivo. In: *Cadernos Pagu: Trajetórias do gênero , masculinidades ...*. Campinas, SP - UNICAMP, (11) 1998 ,p.321-344.
- BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CARDOSO, Ciro F., MALERBA, Jurandir (org.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas, SP: Papirus, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. In: *Estudos Avançados*. 11(5), 1991.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Portugal: DIFEL, 1990.
- CARNEIRO, David. *O Paraná na História Militar do Brasil*. Curitiba: Travessa dos Editores, 1995.
- CARNEIRO, David. *Paraná e a Revolução Federalista*. 2 ed. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte; Indústria Gráfica Gonçalves, 1982.
- GINBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GIULANI, Paola Cappelin. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: PRIORE, Mary Del(org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, p.640-668.
- MURARO, Rose M., PUPPIN, Andréa B. (org.). *Mulher, gênero e sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.
- RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. In: *Cadernos Pagu: Trajetórias do gênero , masculinidades ...*. Campinas, SP - UNICAMP, (11) 1998, p.89-98.
- ZAN, Sérgio Monteiro. Introdução. In: Vieira, Márcia Zan (seleção, organização e revisão). *Perfis da cidade: crônicas de Vieira Filho*. Ponta Grossa, Paraná: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1993.

Fontes

- CURITIBA. Finalidade e emprego da organização de polícia feminina. *Diretriz no. 076/79*, PMPR, Curitiba, Pr, 27 de novembro de 1979.
- PMPR. Termo de encerramento do CFSd PM/ Fem. *Boletim Geral*, no. 111, 12 de jun. 1984, p. 2-3.
- BAIL, Altair. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 09 de maio de 1984.
- DIÁRIO DOS CAMPOS. BPM forma 1ª. turma feminina. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 24 de maio de 1984.
- DIÁRIO DOS CAMPOS. Polícia instrui a comunidade para impedir frutos e roubos. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 15 de janeiro de 1984.
- DIÁRIO DOS CAMPOS. Policiais femininas tiveram formatura. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 09 de junho de 1984.
- JORNAL DA MANHÃ. 1º. BPM lançou campanha de combate à

criminalidade. *Jornal da Manhã*, Ponta Grossa, 15 de janeiro de 1984.
JORNAL DA MANHÃ. Francisca Maluf inalgurou curso da PM feminina, ontem. *Jornal da Manhã*, Ponta Grossa, 30 de novembro de 1983.
JORNAL DA MANHÃ. PM formou ontem sua policia femininas. *Jornal da Manhã*, Ponta Grossa, 09 de junho de 1984.
JORNAL DA MANHÃ. Polícia feminina apresentou seu uniforme na solenidade. *Jornal da Manhã*, Ponta Grossa, 14 de janeiro de 1984.
JORNAL DA MANHÃ. Polícia feminina vai sair às ruas. *Jornal da Manhã*, Ponta Grossa, 14 de janeiro de 1984.
JORNAL DA MANHÃ. Policiais femininas vieram coordenar curso de formação. *Jornal da Manhã*, Ponta Grossa, 19 de outubro de 1983.
VIEIRA, Filho. Perfis da cidade. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 19 de janeiro de 1984.
VIEIRA, Filho. Perfis da cidade. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 10 de maio de 1984.
VIEIRA, Filho. Perfis da cidade. *Diário dos Campos*, Ponta Grossa, 19 de outubro de 1983.

Representações: A Polícia Militar Feminina no Paraná (1979-1984)

Andréa Masurok Schactae

Resumo: O texto se refere ao ingresso da mulher na PMPR, ao final da década de 1970, uma instituição cujo espaço era exclusivamente de homens. Os textos da legislação que instituiu a presença de mulheres na Polícia Militar foi um dos elementos de “construção” da polícia feminina no Estado Paraná. A partir de crônicas de um colunista da cidade de Ponta Grossa, no Paraná, identifica-se como ele olhou para o grupo de policiais formado na cidade entre 1983 e 1984, quando foi implantado um pelotão da polícia feminina nessa cidade. Como ele foi construído e construtor da sociedade em que viveu. O seu olhar não foi único, mas compartilhado por outros homens.

Palavras-chaves: mulheres na PMPR; policiais femininas, Ponta Grossa; mulher militar.

Abstract The text refers to the women’s entrance in PMPR, at the end of the 1970’s, an institution which belonged exclusively to men. The texts of the legislation that instituted women’s presence in the Military Police was one of the elements of the “construction” of the feminine police in Paraná. Starting from a columnist’s of the city of Ponta Grossa chronicles, the article identifies how he looked at the policewomen group formed in the city between 1983 and 1984, when a platoon of the feminine police was implanted in the city. Since he was both built by and builder of the society in which he lived, his glance was not unique, but shared by other men.

Key words: women in PMPR; policewomen, Ponta Grossa; military women.

Artigo recebido para análise em 12/04/2004

Artigo aprovado para publicação em 29/11/2005